

O RECÔNCAVO DA GUANABARA E A BAIXADA FLUMINENSE: ALGUMAS CARTOGRAFIAS CULTURAIS

THE RECÔNCAVO DA GUANABARA AND THE BAIXADA FLUMINENSE: SOME CULTURAL CARTOGRAPHIES

João Guerreiro

 <https://orcid.org/0000-0003-1788-4132>

Correspondência: joao.mendes@ifrrj.edu.br

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Nilópolis, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.94666

Recebido em: 13 out. 2025 | **Aceito em:** 18 nov. 2025

RESUMO

A ênfase midiática sobre a Baixada Fluminense (RJ) como um local de miséria e violência fortalece o olhar do senso comum sobre as vulnerabilidades intrínsecas às áreas periféricas. Diferente dos discursos da imprensa sobre e em nome dos moradores da região, o artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa com grupos e coletivos culturais a partir da autorrepresentação dos grupos. Tendo como metodologia a conversa e a narrativa, as fazedoras e fazedores culturais da região apresentam sua percepção acerca do espaço onde vivem, do fazer cultural que o caracteriza, das suas experimentações de mundo, dos locais de memória e resistência, além dos silenciamentos que a Baixada Fluminense enfrenta. Com base nessas informações, foi observado de que forma as ações culturais existentes nessa região periférica contribuem para a transformação do local e dos indivíduos que nele residem, apresentando-os as novas possibilidades que se abrem a partir da criatividade, da ação e da reflexão.

Palavras-chave: Ação cultural; Baixada Fluminense; movimentos culturais coletivos.

ABSTRACT

The media's emphasis on Baixada Fluminense (RJ) as a place of poverty and violence reinforces the conventional wisdom regarding the intrinsic vulnerabilities of peripheral areas. Unlike press discourses about and on behalf of the region's residents, this article presents partial results of a survey of cultural groups and collectives based on their self-representation. Using conversation and narrative as a methodology, the region's cultural makers present their perceptions of the space where they live, the cultural practices that characterize it, their experiences of the world, the places of memory and resistance, and the silencing that Baixada Fluminense faces. Based on this information, it was observed how the cultural activities existing in this peripheral region contribute to the transformation of the place and the individuals who reside there, introducing them to the new possibilities that open up through creativity, action, and reflection.

Keywords: Cultural action; Baixada Fluminense; collective cultural movements.



1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2013, durante um seminário realizado no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no campus Nilópolis (RJ), um dos palestrantes convidado foi Heraldo HB, um dos fundadores do Cineclube Mate com Angu, que está localizado no município de Duque de Caxias (RJ). Em sua fala, ele disse que se a Baixada Fluminense continuasse a ser chamada de Recôncavo da Guanabara, tudo seria diferente. Heraldo estava se referindo ao fato do Recôncavo da Bahia ter o seu território e produção cultural a ele relacionado, sendo positivado tanto na mídia corporativa, como nas políticas públicas de cultura territorializadas a partir da implantação de uma política regional designada de “Territórios de Identidade¹”, em 2007.

Nesse momento do seminário, um dos autores desse artigo estava começando pesquisar sobre as ações culturais na/da Baixada Fluminense. Nos deparamos, portanto, com uma provocação para entender essa baixada para além da Baixada Fluminense. Se o território se apresentava como uma região que reúne 13 municípios², os termos como periferia, região metropolitana, região subjacente à capital ou mesmo o tal Recôncavo da Guanabara nos levavam para uma Baixada Fluminense imaginada e polissêmica assim como a cultura forjada nas suas entranhas.

Heraldo HB queria dizer que nomear um território é dar sentido. Depois de tantos anos de massacre midiático, como já enfatizado por Enne (2002), era quase uma utopia de um retorno a um quase bucólico passado entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara. Uma brincadeira, mas uma boa utopia em tempos tão distópicos.

Sem negar os demais territórios que hoje integrariam esse Recôncavo da Guanabara³, o que ele estava apontando era para o caudaloso rio cultural formando esse território que hoje alimenta e é alimentado entrecortando os espaços hoje denominado Baixada Fluminense.

Nielsen Bezerra (2013), outro pesquisador inspirador da Baixada Fluminense, nos mostrou, entretanto, que na virada do século XIX para o século XX, essa região também

¹Para mais informações ver, Rubim (2014).

²Segundo o IBGE, a Baixada Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

³Segundo Lucia Helena Silva (2013), o Recôncavo da Guanabara era formado pelas freguesias de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora de Piedade de Iguassu, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora de Marapicu, Nossa Senhora de Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora do Amparo de Maricá, São João Batista de Meriti, São João Batista de Itaboraí, São João Batista de Niterói, São Gonçalo de Guaxindiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, São Nicolau de Surui, Santo Antonio de Jacutinga e Santo Antonio de Sá.

nomeada como Sertão Próximo era o lugar ideal para se manter os negros ex-escravizados, sem trabalho, sem políticas de integração na sociedade e sem as primeiras cotas estabelecidas no Brasil que foram as de distribuição de terras e sementes oferecidas a quem quisesse vir trabalhar no nosso país, desde que fossem brancos e europeus⁴.

Esse Sertão Próximo, rural, foi alimentado de pequenas agriculturas familiares formadas inicialmente por quilombolas, filhos de escravizados nascidos após a Lei do Ventre Livre e ex-escravizados vindo do interior do Rio de Janeiro, principalmente, da região do Vale do Paraíba, mas também, de Minas Gerais e do Espírito Santo (Bezerra, 2013). E por ser um sertão próximo, era um sertão sujeito às trocas com a capital, diferente do sertão imaginado no nordeste do país.

Cabe lembrar que temos um personagem que torna esse sertão mais próximo da capital: o transporte sobre trilhos. O trem, que surge no século XIX, vai passar a ter diversas estações cortando a Baixada Fluminense, já no início do século posterior. Da crise da laranja aos assentamentos populares temos o trem como a locomotiva da mudança: do rural e agrícola, para as cidades-dormitório e da mão-de-obra que abastece a capital do estado e do país.

Desde seu surgimento, o trem torna poroso o território da baixada: as trocas culturais são realizadas no ritmo da capital que se quer cosmopolita. Mas, essa é a mesma capital que continua se apartando da sua origem escravagista: os negros que vão dar cor e corpo à Baixada Fluminense continuam sendo não benquistos na capital. Uma capital que se fez negra, mas que quer a todo custo se torna branca e europeia.

Assim, existe no decorrer dos anos, a construção de uma narrativa que iria começar a designar a região da Baixada Fluminense como um espaço onde habita toda forma de mazela: violenta, sem saneamento, com escassez de água, com excesso de enchentes e, uma região sem cultura. Mas, é neste mesmo território que tivemos a primeira escola de ensino integral do país.

Como nos explica Herald HB (2013) sobre a origem do nome do cineclube do qual é um dos fundadores, Mate com Angu, foi inspirado em Armanda Álvaro Alberto. Mulher que lutou pela emancipação feminina, a favor da igualdade racial e para educação para todos fundou a Escola Proletária de Meriti, depois Escola Regional de Meriti.

Uma escola de tempo integral, em Duque de Caxias, então ainda um distrito de Nova Iguaçu e com nome de Escola Proletária? O ano era de 1921 e para conseguir

⁴Para ver a discussão sobre as primeiras cotas brasileiras que foram para os imigrantes europeus, ver Golin (2014).

alimento para as refeições da(o)s aluna(o)s, a educadora Armanda ia de comércio em comércio solicitar doações. O que mais recebia era o angu e o mate para aplacar a sede. Daí o nome. Ao relatar a inspiração do “Mate com Angu”, HB nos traz uma das diversas narrativas sobre esse território que tem tanta potência, mas que também tem problemas, como diversos territórios desse nosso vasto país. Mas, positivar o território, buscar brechas para uma produção cultural para além das ausências, vai além da resistência cultural: é uma forma de sobrevivência. Não é uma opção, é um alimento, um oxigênio. E são muitos artistas, coletivos, instituições que atuam nesse território.

Para termos um exemplo, uma pesquisa realizada pelo Programa Brasil Próximo (2015), uma parceria entre o Governo Federal do Brasil, com as regiões italianas da Úmbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria, trouxe em seu relatório final um levantamento contendo informações de 331 grupos culturais mapeados nos 13 municípios da Baixada Fluminense. Apesar da dinâmica relacionada ao surgimento e luta pela manutenção de coletivos e grupos culturais trazer momentos de alta e de baixa, o número é eloquente. Um território apresentado apenas como de falta, se apresenta com tanta potência.

Porém, se por um lado, a mídia corporativa traz informações contraditórias e percepções diferentes do que acontece no território cultural da Baixada, sabemos também que estas visões provocam descontentamentos principalmente nos jovens, o que associado a outros problemas sociais diminui a esperança por tempos melhores. Porém, é fato também que são esses mesmos jovens que vêm ressignificando o produzir cultural colocando suas ações na linha de frente pela desconstrução do atual cenário de violência local e estigma.

Ao falar de estigma, sempre fortificado pela mídia corporativa, pensamos no que Goffman (1988) disse sobre um conceito mais amplo, para além das marcas ou deformações corporais. Ele está apontando para características não obrigatoriamente visuais ou físicas, “que não coadunam expectativas sociais sobre um determinado indivíduo ou grupo social” (p. 12-13). As formas normatizadas pelas sociedades constroem padrões canônicos de constituição social. Um ideal de forma de viver e, assim, um ideal cultural. Se a produção cultural é diversificada nesse território periférico à capital do Rio de Janeiro, a padronização do modo de vida e mesmo de como devem ser os equipamentos onde se pode consumir cultura entra em conflito com a realidade. É desse conflito com um determinado modelo canônico vai gerar um olhar “estigmatizado”

sobre esse território. Daí os discursos de preconceito ou mesmo menorizando as produções culturais desse território se ancoram nessa produção de sentido.

2 PRODUÇÃO CULTURAL NA/COM/DA BAIXADA FLUMINENSE: UM RECORTE

Essa seção é um olhar sobre o campo cultural da Baixada Fluminense a partir do registro de muitos encontros e do conhecimento adquirido/produzido em rede a partir dessas conversas. É, também, narrativa, pois é um olhar de um pesquisador que ouviu diversos fazedores e fazedoras culturais da Baixada Fluminense entre 2013 e 2025 e que, na busca da autorrepresentação desses, tenta evitar ou pelo menos minimizar a incapacidade de apreender tudo o que acontece no processo de produção de conhecimento.

Como já apresentado, em novembro de 2023 tivemos o primeiro encontro com os fazedores culturais da Baixada Fluminense, durante o citado seminário do Dia Nacional da Cultura. Em seguida, em janeiro de 2014, junto com duas alunas da graduação iniciamos um laboratório de pesquisa, onde realizávamos os primeiros debates sobre como poderíamos, ao mesmo tempo, identificar os movimentos coletivos existentes naquele momento na Baixada Fluminense e garantir a autorrepresentação dos grupos na pesquisa. Até o momento da escrita deste artigo, realizamos rodas de conversa com 32 grupos e/ou coletivos culturais da Baixada Fluminense⁵. Optamos, então, por buscarmos as narrativas de sujeitos desses movimentos culturais.

A opção por iniciar o projeto a partir de rodas de conversas com participantes desses grupos passava pelo reconhecimento de que existe uma multiplicidade de autorrepresentação coletiva a partir de práticas cotidianas.

E, conforme nos apresentaram Gonçalves e Head (2009), a imagem etnográfica passa a ser entendida a partir da possibilidade que cada um tem na criação de suas próprias

⁵Os 32 grupos que compõem a pesquisa por ordem alfabética dos municípios: Afoxé Raízes Africanas, Associação de Capoeira Palmares, Centro Cultural Donana (Belford Roxo); Baile Black Soul, Capa Comics, Movimento Of Favela (MOF), Cineclube Mate com Angu (Dq. de Caxias); Associação Cultural Kilombarte (Guapimirim); Expresso Break, Raio de Luar (Itaguaí); Roda Cultural Engenheiro Pedreira (RCEP), Grupo Código (Japeri); Ponto de Cultura Zé Mussum, Pacobaíba (Magé); Centro Cultural Oscar Romero, Folia 7 Estrelas do Oriente (Mesquita); Bloco Esse não deixa furo, CIAFRO, Coletivo Casa2Fundos, Coletivo Surgiu na Hora (Nilópolis); Cineclube Buraco do Getúlio, Instituto Enraizados, Pirão Discos, Roque Pense (Nova Iguaçu); Companhia Faces (Paracambi); Batidas e Rimas, Queimados Encena (Queimados); Banda Confronto, Cinema de Guerrilha, Circo Social Benjamin de Oliveira, Folia Estrela do Oriente (São João de Meriti); Espaço Cultural Casarão (Seropédica).

significações, sem ser reconhecido meramente pela submissão direta em relação às forças sociais.

Utilizo esse exemplo das imagens para salientar que a nossa ação não buscou captar, meramente um significado e uma única representação das ações culturais que foram acompanhadas, mas de buscar compreender as suas formas de experimentação do mundo, os seus desvios, as suas burlas e as suas contradições a partir da produção de suas próprias narrativas.

Promover a imagem de autorrepresentação em uma pesquisa acadêmica permite também um tensionamento das relações entre pesquisador e pesquisado, subvertendo a ideia de que o primeiro produz conhecimento a partir da prática do outro.

As representações são produzidas através de um ‘jogo de espelhos’ em que as ‘imagens sobre si’ se produzem através dos outros em um processo, eminentemente, relacional, fazendo com que as imagens de si afetem e sejam afetadas pelas imagens dos outros sobre si (Gonçalves, Head, op. cit., p. 20).

A produção de conhecimento junto com os movimentos culturais coletivos da Baixada Fluminense se deu a partir de algumas preocupações. Em nossas conversas sempre vinham narrativas sobre as visões de o que é e como é a produção cultural na Baixada Fluminense; como lidar com a escassez de recursos para o campo cultural e abundância de estereótipos sobre um território que ora é visto como periférico à capital que tudo suga e ora é visto como um território multicêntrico nas dinâmicas intraurbanas da sua própria região.

É isso que pretendo apresentar nessas páginas que se seguem: algum dos diálogos travados com os praticantes culturais que produzem suas táticas e que vivenciam, no cotidiano, as opressões produzidas por um poder hegemônico, mas, que, porém, não é homogêneo. Ao dialogar com os cotidianos desses praticantes, suas visões sobre o que vem acontecendo nas suas histórias e nas suas vidas, me aproximo de alguns movimentos⁶ dos *Estudos do Cotidianos* descritos por Andrade; Caldas e Alves (2019) e de premissas apresentadas por Michel de Certeau (1994) no seu livro “Invenção do Cotidiano”. Junto a esses movimentos, utilizo a conversa como metodologia defendendo que esta é uma tática que nos permite um processo de produção de conhecimento em rede e que ajuda a evitar o que Inês Oliveira (2007) chamou de “cegueira epistemológica”. Partindo de

⁶Para um aprofundamento nos Estudos do Cotidiano e seus movimentos, ver as autoras citadas.

questões levantadas por Boaventura de Souza Santos (2003) sobre as dificuldades que temos em conseguir compreender a diversidade cultural, concordo com Oliveira quando ela nos diz que a nossa visão sobre o outro muitas vezes é parcial. E assim também em relação ao que nos é estranho. Segundo Oliveira,

Não detemos, portanto, os meios para compreender e poder, a partir daí, crer e ver/ler/ouvir determinadas classificações, determinadas formas de compreender o mundo, determinadas formas de organização social, determinados valores morais, entre tantas outras coisas que nos causam espanto e nos imobilizam a capacidade de raciocinar “friadamente” (Oliveira, 2007, p. 54).

A partir dessa noção de cegueira epistemológica, Oliveira (2007) defende que uma forma do pesquisador minimizar a sua “cegueira” é compartilhar do processo de produção do conhecimento como algo coletivo, em rede, onde o que um não consegue ver pode ser visto por outro que, por sua vez, por conta da sua “cegueira” poderá ver/entender/compreender a partir do outro.

Retornando à pesquisa, esta vem sendo realizada desde 2013. É uma pesquisa que não tem previsão de acabar, pois se alimenta da dinâmica do território. Mas, para além dessa infinitude de movimento, podemos perceber que a autoafirmação está muito presente nos discursos sobre as origens dos grupos e apresenta-se como outro aspecto relevante no enfrentamento diário contra as opressões.

Quando conversamos com o Heraldo HB sobre a origem do Cine Clube Mate com Angu, ele desabafa:

"Sou nascido e criado em [Duque de] Caxias. Já passei várias situações ao longo da vida. Quando eu estava na faculdade descobri um cara que também morava aqui em Caxias e fui falar com ele. Disse que era vizinho e tal. O cara começou a me evitar. Parecia que tinha descoberto um segredo mortal, uma chaga. Todo o trabalho nosso é em cima disso: tirar esse estigma. Até porque se você olhar pra tudo o que se produz aqui você notará que o ouro está na Baixada Fluminense. A formação cultural do povo daqui vem de uma história de resistência. Avanços diante dos objetivos" (Entrevista ao autor, 2014).

Autoafirmação como antídoto ao estigma da periferização de uma pseudoprodução de vida sem corpo.

Outra questão que surgiu nas rodas de conversa foi que a ausência de uma indústria cultural na Baixada Fluminense, impactou a forma de produzir no território. O

que já foi chamado de uma estética da ausência por Ranciere (2005) foi apresentado nas conversas como uma ausência de uma produção convencional que acaba/acabou provocando uma nova forma de produzir como a que a gente conhece hoje. A hipótese é que se a estrutura utilizada para as produções da indústria cultural estivesse disponível para as produções da Baixada Fluminense, a produção seria outra. Percebe-se em diversas falas uma cobrança pelas condições materiais de produção e não que a falta dessas condições nos levasse a uma produção cultural inferior. Essa cobrança fica mais transparente nas conversas a partir das políticas públicas emergenciais de cultura. Diversos fazedores e fazedoras aponto para um marco zero de política cultural que permitiu a visualização do que já existe no território Baixada: uma produção cultural diversa, potente e em rede.

Se nas rodas de conversas pré-pandemia se sobressaía o tema ausência e a busca constante em ressignificar o território e eliminar estigma, essa ausência era vista como fundamental para que se entender a reapropriação do espaço Baixada Fluminense por uma fração da juventude que entende a interseção entre as desigualdades e as opressões e se articula também digitalmente. A vida cotidiana na Baixada Fluminense, que uma parte da juventude começa a positivar e se denominar “BXD”, vai fazer parte das produções culturais.

Em grupos de teatro, como Código, um dos grupos culturais do município de Japeri, para além dos discursos, há uma ênfase na elaboração de seus roteiros que geralmente vem associados às temáticas do território do município onde fica a sede do grupo (Japeri/RJ), mas também ao cotidiano de um município que também é periférico mesmo dentro da Baixada Fluminense.

No que concerne às inspirações que resultaram na formação dos grupos, é recorrente o discurso da desconstrução do olhar estigmatizante sobre os municípios da Baixada, que gera preconceitos no cerne de um debate sobre a violência na área e que não é negada, tanto é que é combatida. Na conversa com membros da ONG CIAFRO (Centro de Integração da Cultura Afrobrasileira) de Nilópolis (RJ), a narrativa é de que a Baixada deixou de ser exportadora e, a partir da chegada das ditas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016, é que fizeram com que uma quantidade grande de vendedores de drogas ilegais migrasse para essa área e geraram aumento nos índices de violências da região.

Como bastante enfatizado pelo coordenador da Casa de Cultura Donana localizado em Belford Roxo (RJ), município que já foi considerado o mais violento do

Brasil, fica claro que enquanto um problema social sim, a violência existe na Baixada Fluminense, assim como no restante do Brasil e do mundo, enquanto única e restrita à Baixada não, a violência não é única desse território e nem nasceu lá.

No entanto, é perceptível que os produtores e produtoras culturais sabem que essa visão difundida, vem provocando descontentamentos nos jovens, o que associado a outros problemas sociais diminui a esperança por tempos melhores. Fato esse que é verificado na maioria dos projetos pesquisados que colocam suas ações na linha de frente pela desconstrução do atual cenário de violência local, e entendem suas ações como importantes caminhos alternativos para uma transformação social.

Portanto, as produções culturais com as quais tivemos contato até o momento enfatizam possuir uma identidade territorial que lhes atribui um papel de cultura de resistência. Isso nos remete a Homi Bhabha quando ele diz:

Nesse sentido salutar, toda uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento. Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não-canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos objetos d'art ou para além da canonização da 'ideia' de estética, a lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social. A cultura se adianta para criar uma textualidade simbólica, para dar ao cotidiano alienante uma aura de individualidade, uma promessa de prazer. A transmissão de culturas de sobrevivência não ocorre no organizado musée imaginaire das culturas nacionais com seus apelos pela continuidade de um 'passado' autêntico e um 'presente' vivo – seja essa escala de valor preservada nas tradições 'nacionais' organicistas do romantismo ou dentro das proporções mais universais do classicismo (Bhabha, 1998, p. 240-241).

Na mesma linha, comungamos com Facina (2013), quando a autora afirma que pensar a produção cultural, nas favelas e por todos os povos que foram subjugados pelo colonialismo é pensar em que contexto as representações culturais são produzidas. Acredito podermos estender essa análise à produção cultural feita a partir da Baixada Fluminense.

Retornando às rodas de conversas, vale ressaltar que nas duas Folias de Reis pesquisadas até o momento, o início dos grupos/ações está atrelado a forma de repasse muito comum nesse tipo específico de cultura, a oralidade e os ensinamentos dos mais

antigos ao longo dos tempos. Porém, as dificuldades de ampliar a transmissão de conhecimento surge como um interdito geracional. Aqui é outro estigma que surge: o atraso, a desconexão com as redes digitais e uma negação à tradição.

A Capa Comics, coletivo de quadrinistas da Baixada acredita no potencial desde a criação do coletivo. Eles afirmam que apesar de ser um lugar que não tem muita visibilidade ou oportunidade, quando da criação do coletivo, em 2013, também era um espaço grande de criatividade e um terreno ainda inexplorado.

O empoderamento, a formação de cidadãos mais críticos e conscientes e a constituição de uma cultura para e pelo ativismo político social estão na fala sobre a origem de grupos como o: Grupo Surgiu na Hora (Nilópolis), Circo Social Benjamin de Oliveira (São João de Meriti), Cinema de Guerrilha (São João de Meriti), CineClube Mate com Angu (Dq. de Caxias), Buraco do Getulio (Dq. de Caxias), Festival Roque Pense (BXD), Casa de Cultura Donana (Berford Roxo), Grupo de Capoeira Palmares (Belford Roxo) e Código (Japeri).

Duas ações, CIAFRO e Afoxé Raízes Africanas (Belford Roxo), apontam que um dos objetivos principais é a disseminação das culturas de matriz africanas, das questões raciais e de gênero que inclusive, vem sendo muito atacadas por conta do avanço quantitativo de intolerância religiosa que vem assolando, nos últimos anos, a Baixada Fluminense.

Dessa forma, fazer cultura na Baixada também condiz com uma luta árdua em prol da valorização de uma identidade própria e de fomento às práticas artísticas e culturais que ousam somar-se num enfrentamento constante para apagar a visão difundida erroneamente, de uma Baixada carente de cultura e sem potencial artístico, resumidas a "cidades dormitórios", e "área sem lei".

Desde inícios espontâneos à projetos pensados dentro de um processo coletivo, as ações se consolidam como iniciativas que partiram de inquietudes, e com vista a atender principalmente o público da Baixada Fluminense, que rotineiramente precisavam se deslocar para o município do Rio de Janeiro para ter acesso a um direito que deveria ser garantido pelo poder público, assim como já é constitucionalmente.

No que diz respeito à formação profissional formal ou informal, os problemas apontados parecem subsistir. Na roda de conversa com os participantes do Grupo Surgiu na Hora (Nilópolis), ficou explícito como é difícil encontrar espaços de formação para as artes na Baixada. E que se não fosse a parceria com outros grupos e o fortalecimento das

redes, seria muito mais difícil profissionalizar e melhorar a própria atuação no campo cultural.

Importantes iniciativas ocorreram na primeira década deste século, como a EncontrArte Teatro de Nova Iguaçu (2002), o surgimento do primeiro curso superior em Produção Cultural, em Nilópolis (2003) e a Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu (2006), assim como a Escola Popular de Arte da UFRRJ (Nova Iguaçu) e a Escola Livre de Artes do Gomeia Galpão Criativo (Dq. de Caxias), entre outros espaços de formação. Porém, ainda é muito pouco frente a uma população de cerca de 3,7 milhões de habitantes.

Quanto a promoção e fruição, todos os grupos falam das dificuldades em divulgar suas ações e seus projetos, recorrendo em sua maioria às redes sociais, como principal ferramenta de promoção de suas ações. Com orçamentos sempre abaixo das necessidades, as redes digitais permitem que os grupos mantenham sua autonomia na propagação de suas próprias ideias, que por vezes são contra-hegemônica. Se antes da pandemia, alguns grupos apresentavam em suas narrativas dificuldades em absorver as técnicas do mundo digital, durante e no pós-pandemia esse problema foi forçosamente superado. Surgiu, então, outra preocupação: como disponibilizar e acessar conteúdos digitais dada a desigualdade de acesso às redes digitais? Essas preocupações surgiram mais durante a pandemia. Nos últimos 3 anos, com a possibilidade das produções culturais acontecerem presencialmente, a preocupação arrefeceu.

Outro desafio que foi apontando nas rodas de conversas e que achamos poder ser possível extrapolar para outros grupos e coletivos culturais está associado às questões como legalização/formalização e constituição de sedes. Se, por um lado, a necessidade de formalização foi flexibilizada para acessar recursos da Lei Emergencial Aldir Blanc, os editais posteriores passaram a exigir a proponentia de Pessoas Jurídicas para valores maiores. Já a constituição de sede parece estar relacionada ao próprio perfil dos coletivos culturais da Baixada Fluminense. Apesar de muitos realizarem suas ações em espaços públicos e quintais, necessitam de local para guardar materiais, promoverem oficinas e mesmo ensaiar. E, cabe salientar, que a utilização do espaço público se faz necessário mais pela pouca ou nenhuma outra opção de equipamentos públicos em alguns municípios da região ou pelo fato da inexistência de equipamento cultural estadual público na Baixada Fluminense. A título de comparação, a capital, Rio de Janeiro, possui 55 equipamentos culturais estaduais públicos. Assim, coube e cabe aos grupos e coletivos culturais resolverem essa falta de política cultural no território a despeito da atual política de editais.

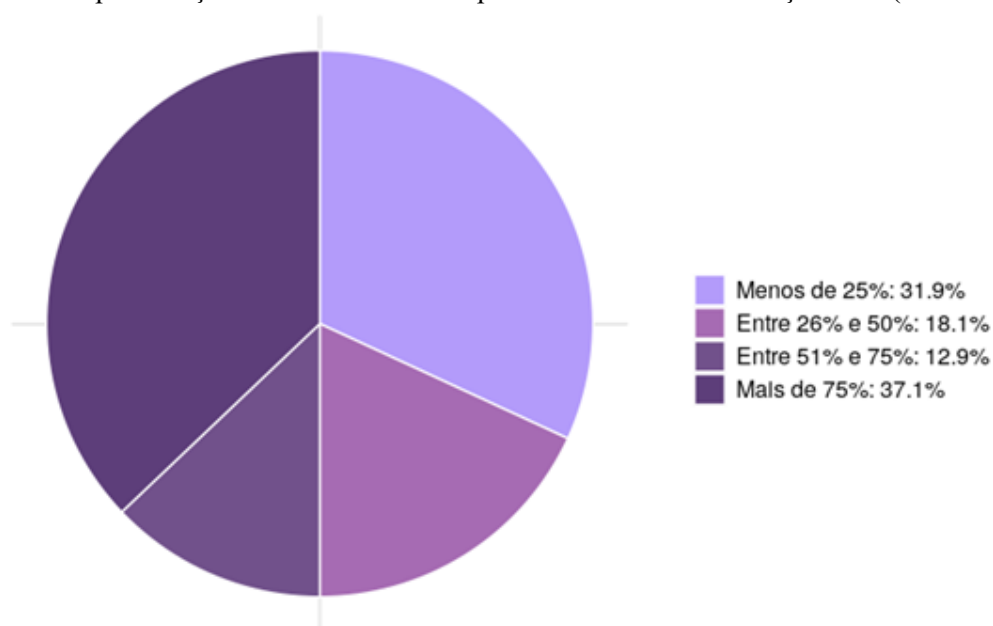
Ainda diante de todas as dificuldades, não há falas de desmotivação. Ao contrário, os produtores culturais da Baixada Fluminense estão em estado de alerta constante frente aos embates necessários rotineiros e vem se preocupando em melhorar suas ações tanto física quanto a qualidade das atividades propostas, ainda que esse fator esteja relacionado também ao tempo disponível, pois a maior parte dos produtores não se mantêm dos seus projetos.

Esses dados foram corroborados pela pesquisa realizada pelo Observatório Baixada Cultural (OBaC/RJ), em 2021. Segundo a pesquisa, em relação à participação da renda proveniente da atividade cultural na sua renda total entre os participantes moradores da Baixada Fluminense, foi obtido que:

para 50,0% dos indivíduos da Baixada Fluminense a atividade cultural representa menos ou até a metade de sua remuneração, enquanto o restante provém de outras fontes. Na pesquisa de âmbito nacional este número é de 34,5%, mostrando que a renda advinda do campo da cultura é mais representativa na sua remuneração total do que para os respondentes da Baixada (OBaC, 2021, p. 32).

Segundo os autores, “apenas 37,1% dos respondentes da Baixada Fluminense a atividade cultural representa mais de três quartos de sua renda total”. Ao nível nacional, para mais da metade dos respondentes (52,0%) a cultural é responsável por 75,0% ou mais da sua renda.

Figura 1 – Representação da atividade no campo da cultura na remuneração total (indivíduos)



Fonte: OBaC, 2021.

Mas esse cenário mudou nos últimos anos. E podemos começar a expressar essa mudança a partir da Lei Aldir Blanc.

Com relação ao papel de uma política pública de cultura na Baixada Fluminense, cabe fazermos uma ressalva e chamar a atenção. Antes da pandemia do Covid-19, todos os grupos culturais até então visitados apontavam para um problema crucial, que seria a ausência do poder público na consolidação de políticas públicas específicas para a área, na contribuição com a infraestrutura necessária e em uma participação mais efetiva. Neste ponto, cabe lembrarmos o que nos diz Calabre (2005):

Por política pública cultural estamos considerando o planejamento e a execução de um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. Nesse caso, especificamente, não estamos trabalhando com questões ligadas à participação de outros atores políticos que não sejam os da esfera estatal (*s/p*).

Mas tivemos algumas vozes dissonantes. Em conversas com representantes do bloco “Esse não deixa furo”, uma das ações pesquisadas em Nilópolis/RJ, o coordenador falou que a manutenção financeira do bloco de carnaval independia do poder público, e estava muito mais associada aos pequenos e microempreendedores locais e das iniciativas de captação de recurso coletivas e internas no grupo: rifas e venda de camisas.

Algumas ações já receberam algum tipo de premiação ou financiamento por edital público, como o Festival Roque Pense, o Centro Cultural Donana, o Instituto Enraizados (Nova Iguaçu) e o cineclube Mate com Angu. Porém, para a maioria dos grupos e coletivos culturais visitados, a relação com o setor público não era favorável ao incentivo das culturais. Em algumas falas, o descaso por parte das secretarias locais ocasionou situações constrangedoras, por exemplo, no modo em que as ações eram tratadas antes e depois das eleições:

“O descaso é total com a Baixada Fluminense inteira. Eu tive 18 reuniões com um secretário de cultura de um município da Baixada. Foram 18 reuniões, de 3 ou 4 horas, pra tentar fazer uma gibiteca na cidade. Reuniões com sorrisos, tapinha nas costas e nada aconteceu. Já recebemos propostas indecorosas. Teve um prefeito que, quando viu o trabalho da Capa Comics, a primeira coisa que fez foi abraçar a gente, tirar uma foto e dizer “Olha, a gente tem 5 milhões pra vocês conseguirem através de um edital, mas vocês tem alguém com doutorado pra representar a Capa Comics?”. Entre os quadrinistas, nem o Mauricio de Souza, nem o Ziraldo tem doutorado. Quadrinistas

muitas vezes não tem nem faculdade (Capa Comics, roda de conversa em 2015).

Em se tratando de cultura inconformada ou de resistência, as duas Folias de Reis pesquisadas até o momento enfatizam que nunca esteve tão difícil colocar suas folias na rua, e que há é uma necessidade urgente de valorização desse tipo denominado de cultura popular e tradicional, principalmente tendo em vista uma possível extinção destas manifestações culturais.

Com a pandemia de 2020, o cenário devastador com cerca de 700 mil mortes conviveu paralelamente com o lançamento de duas leis emergências: a Lei Aldir Blanc (2020) e a Lei Paulo Gustavo (2002) – porém, regulamentada apenas em 2023.

3 LEIS EMERGENCIAIS DE APOIO À CULTURA NA BXD – LAB E LPG

O cenário das políticas culturais na Baixada Fluminense vai se modificar a partir de 2020. Com a regulamentação inicialmente da Lei Aldir Blanc (LAB) e, posteriormente da Lei Paulo Gustavo (LPG) um significativo aumento de volume de recurso direcionado exclusivamente para o campo cultural chega à Baixada Fluminense.

Quadro 1 – Execução da LAB nos municípios da Baixada Fluminense, na capital e no total dos municípios do estado do Rio de Janeiro em 2020/2021

Lei Aldir Blanc 2021 – Relatório de Execução Financeira – 31/12/2021				
LOCAL	REPASSE TOTAL	SALDO CONTA 2021	% EM CONTA 2021	% EXECUTADO 2021
Belford Roxo	3.105.581,00	236.000,00	7,6%	92,4%
Duque de Caxias	5.438.926,00	15.000,00	0,3%	99,7%
Guapimirim	424.844,00	1.000,00	0,3%	99,7%
Itaguaí	889.266,00	6.000,00	0,7%	99,3%
Japeri	713.539,00	26.000,00	3,6%	96,4%
Magé	1.587.842,00	220.000,00	13,9%	86,1%
Mesquita	1.194.081,00	9.000,00	0,8%	99,2%
Nilópolis	1.116.331,00	91.000,00	8,2%	91,8%
Nova Iguaçu	4.876.740,00	54.000,00	1,1%	98,9%
Paracambi	377.680,00	92,00	0,0%	100,0%
Queimados	1.039.659,00	8.000,00	0,8%	99,2%
São João de Meriti	2.885.732,00	3.000,00	0,1%	99,9%
Seropédica	570.915,00	46.000,00	8,0%	92,0%
Baixada Fluminense	24.221.136,00	715.092,00	3,0%	97,0%
Rio de Janeiro	39.392.683,00	44.200,00	0,1%	99,9%
Municípios Estado RJ	106.930.296,00	2.601.817,00	2,4%	97,6%

Fonte: Guerreiro, Borja, Reis Filho (2022).

De um cenário de guerra cultural, onde o campo da cultura junto com a educação tinha sido escolhido como inimigo do governo federal, e onde nem a política de balcão estava favorecendo os fazedores e fazedoras culturais da Baixada Fluminense, passamos para um cenário de editais públicos como uma política cultural de descentralização de recursos para o território. No segundo semestre de 2020, cerca de R\$ 24 milhões de reais são disponibilizados via chamada pública para as produções culturais da Baixada Fluminense. Após a prorrogação para utilização dos recursos em 2021, apenas 3% não foram utilizados. A título de comparação, a média nacional de utilização da LAB foi de 75%.

Se, por um lado, as gestões municipais tiveram que se adaptar a esse novo cenário, aprendendo a elaborar editais públicos para o campo cultural, realizar fiscalização de execução de projetos culturais e analisar as prestações de contas, as fazedoras e fazedores culturais da BXD tiveram que aprender imediatamente a trocar de plataforma – sair do presencial e ir para o virtual para realizar seus projetos culturais, aprender a elaborar propostas culturais, portfólios e prestar contas dos projetos.

A produção cultural que vinha sendo bombardeada pela guerra cultural, agora tinha recurso que podia ser acessado via edital. Se a política de edital pública não é a melhor forma de democratizar o recurso para toda(o)s fazedora(e)s culturais, não podemos esquecer que antes da pandemia, tais recursos eram inexistentes. Se hoje o debate é para avançarmos para outras modalidades de financiamento à cultura – premiação, renda cultural universal etc. – até há 5 anos não havia histórico de qualquer política cultural de financiamento à cultura na BXD, pois, no setor cultural da região, os investimentos geralmente aconteciam com a destinação de verbas para parques equipamentos públicos e eventos promovidos pelos governantes, deixando os artistas e demais agentes culturais sem o suporte e reconhecimento necessários. A honrosa exceção até então era o edital de fomento direto de 2008, da então Secretaria de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu em parceria com o Ministério da Cultura. Na época foram destinados mais de R\$3 milhões para contemplar até 140 projetos, ficando marcado como o edital dos “Pontinhos de Cultura”⁷.

O reflorescer das produções culturais no território da Baixada Fluminense trouxe consigo novas perspectivas de se “viver de cultura”, mas, ao mesmo tempo, os grupos e coletivos culturais se viram na incerteza sobre o futuro.

⁷Mais informações sobre o projeto Escola Viva/Bairro-Escola, ver: <http://jovemreporter.blogspot.com/2008/05/vanguarda-cultural.html>.

Novas articulações no Congresso Nacional permitiram uma nova lei emergencial utilizando os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Batizada como Lei Paulo Gustavo (LPG), a lei destinou cerca de 75% de recursos para o setor audiovisual e 25% para as demais linguagens artísticas.

Quadro 2 – Lei Paulo Gustavo: editais e valores investidos por município da BXD

Lei Paulo Gustavo na BXD – Editais						
MUNICÍPIO	EDITAIS PUBLICADOS EM 2023	VALORES UTILIZADOS	EDITAIS PUBLICADOS EM 2024	VALORES UTILIZADOS	TOTAL DE EDITAIS	TOTAL INVESTIDO
Belford Roxo	2	R\$ 3.800.294,89	2	R\$ 198.126,95	4	R\$ 3.998.421,84
Duque de Caxias	5	R\$ 6.335.919,68	–	–	5	R\$ 6.335.919,68
Guapimirim	3	R\$ 2.287.481,91	–	–	3	R\$ 2.287.481,91
Itaguaí	2	R\$ 1.104.863,33	2	R\$ 248.000,00	4	R\$ 1.352.863,33
Japeri	3	R\$ 847.408,41	2	R\$ 129.079,91	5	R\$ 976.488,32
Magé	3	R\$ 1.839.203,15	3	R\$ 605.282,85	6	R\$ 2.444.486,00
Mesquita	3	R\$ 1.457.537,22	–	–	3	R\$ 1.457.537,22
Nilópolis	2	R\$ 1.291.726,23	–	–	2	R\$ 1.291.726,23
Nova Iguaçu	8	R\$ 5.298.936,00	1	R\$ 750.000,00	9	R\$ 6.048.936,00
Paracambi	–	–	4	R\$ 501.238,06	4	R\$ 501.238,06
Queimados	2	R\$ 1.045.186,30	3	R\$ 972.625,82	5	R\$ 2.017.812,12
São João de Meriú	2	R\$ 3.510.385,87	2	R\$ 468.343,49	4	R\$ 3.978.729,36
Seropédica	2	R\$ 704.442,49	–	–	2	R\$ 704.442,49
Total	37	R\$ 29.523.385,48	19	R\$ 3.872.697,08	56	R\$ 33.396.082,56

Fontes: Guerreiro, Leite, Lima (2025).

Como pode ser visto no quadro 2, o valor total destinado pela LPG para a Baixada Fluminense é R\$ 9 milhões a mais do que o da LAB. Em entrevista com secretário de cultura de Nova Iguaçu e de Mesquita, pudemos observar que foi detectado pelas equipes das secretarias um aprendizado por parte da(o)s fazedora(e)s culturais, tanto na elaboração das propostas culturais, como na execução dos projetos. Isso, segundo os entrevistados, foi mais nítido em relação aos projetos relacionados à multilinguagens (todas com exceção do audiovisual), dada a experiência da LAB.

Retornando às conversas com alguns dos grupos e coletivos culturais, pudemos observar que o momento é de confiança sobre o curto e médio-prazo, principalmente após a regulamentação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), em 2025, que torna a utilização do Fundo Nacional de Cultura através de editais públicos, uma ação perene.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às perguntas colocadas como foco de análise para este trabalho, é

possível verificar que os descontentamentos citados pelos fazedores de cultura na Baixada Fluminense foram impulsionadores de projetos que visam uma cultura pela paz, para uma formação crítica e identitária, e que tornam a Baixada um local de desigualdade social visível, porém, não carente de cultura como muito vem sendo dito.

O relevante estigma que ainda permeiam estes municípios, e são recorrentes nas falas, fazem o produtor cultural enxergar que essa visão é preocupante. Contudo, também em suas narrativas aparecem expressões como: nada se muda se não se for a luta. Então, o estímulo de provocar mudanças por meio do fazer artístico, não unicamente pelo entretenimento, mas com vista a debater as desigualdades contribuindo com uma formação mais protagonista por parte da população passa a ser um viés norteador das ações até agora pesquisadas.

Descentralizar as políticas públicas de cultura no estado do Rio de Janeiro, conforme foi possível a partir das leis emergenciais e agora com a PNAB, parece ser a forma de começar a diminuir o fosso entre a produção cultural realizada a partir da Baixada Fluminense e a área central ou nobre da capital. Porém, ainda é um desafio que, ainda que nos últimos anos tenha tido avanços em se tratando de políticas públicas brasileiras, ainda são tímidos em direção à Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense não é homogênea e suas redes são complexas. Uma das características principais verificada nos objetivos dos grupos/ações culturais da Baixada estão relacionados ao propósito de combate a violência, de ocupação (tempo de lazer) dos jovens e de democratização do acesso à cultura e de oportunização de fruição dos bens culturais. Contudo, é importante ressaltar que isso não deve substituir o Estado no seu dever de garantir que a diversidade cultural seja valorizada em todos os seus aspectos, sem privilégios e com vista a garantir que espaços de formação artística, e outros equipamentos culturais sejam disseminados na região.

A dimensão simbólica, cidadã e econômica das práticas culturais na Baixada tem caracterizado uma região plural, que possui dificuldades, que não são peculiares da região, mas assumem certas visibilidades pelo estado que está inserida. Porém, já apresenta avanços significativos na condução quanto a resolução de seus desafios cotidianos, com características muito próximas da economia da cultura que precisa ser mais fomentada, para que os projetos passem a ter mais autonomia diante, é claro, de seus objetivos, da ação do Estado, e de modo a garantir que haja continuidade e melhorias em seus projetos, com vista a um financiamento próprio, também.

Essas novas estruturas de financiamento, as possibilidades de sustentabilidade

articulada às ações da Economia Solidária e a busca por ampliação da participação da juventude nas ações culturais são desafios que até o momento as rodas de conversas não puderam responder. E, são desafios que ainda serão abordados no desdobramento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Nielsen. Escravidão, liberdade e pós abolição no Sertão Próximo do Rio de Janeiro. **Revista Outros Tempos**, vol. 10, n.15, 2013, p. 207-224.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: um histórico. Anais do **I ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CERTEAU, M.A. **Invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

ENNE, Ana Lúcia Silva. “**Lugar, meu amigo, é minha Baixada**”: Memória, representações sociais e identidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Tese do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional).

FACINA, Adriana. **Sobreviver e sonhar**: reflexões sobre a cultura no Complexo do Alemão. Disponível em: http://oicult.blogspot.com.br/2013/10/sobreviver-e-sonhar-reflexoes-sobre_21.html?m=1. Acesso em 15 de setembro de 2025.

FERREIRA, Flávia. Vanguarda cultural: Nova Iguaçu é a primeira cidade do Rio de Janeiro a lançar edital para Pontinhos e Fundo Municipal de Cultura. **Blog Jovem Reporte**. Disponível em: <https://jovemreporter.blogspot.com/>. Acesso em: 05 set. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Ed. LTC. 1988.

GOLIN, Tau. **Os cotistas desagradecidos**. Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/>. Acesso em: 06 out. 2025.

GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (Org.). **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. 308 p.

GUERREIRO, João; BORJA, Bruno; BARBOSA FILHO, Utanaan. Dois anos de pandemia na cultura da Baixada Fluminense (RJ): Lei Aldir Blanc nos municípios da região em 2020 e 2021. In: **XVIII ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, s/p.

GUERREIRO, João; LEITE, Stephanie; LIMA, Bruno. Retomada, reconstrução e resistência: a Lei Paulo Gustavo na Baixada Fluminense. In: **Anais XIV Seminário**

Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2025, sp.

HERALDO, HB. **O cerol fininho da Baixada:** histórias do cineclube Mate com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

OBSERVATÓRIO Baixada Cultural (OBaC). **Pesquisa impactos da Covid-19 na economia criativa da Baixada Fluminense:** IFRJ/UFRRJ [Recurso eletrônico] / Coords. João Guerreiro, Bruno Borja [s.l.]: Observatório Baixada Cultural, 2021, 58 p.

OLIVEIRA, Inês. Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 47-72, jan./abr. 2007

PROXIMO, Brasil. **Mapeamento de Grupos Criativos da Baixada Fluminense.** 2015. Disponível em: <https://arthurwilliam.com.br/blog/mapeamento-cultural-dos-grupos-criativos-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 23 set. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do sensível:** estética/ política. Exo Experimental. 2005.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais na Bahia contemporânea.** Salvador, EDUFBA, 2014. 251 p.

SANTOS, B.S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *In:* SANTOS, B.S. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 427-462.

SILVA, Lucia H. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. *In:* **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Vol. 3 N.º 5 jul. dez. 2013, p. 47-63.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.